

380L0767

18. 8. 80

Jornal Oficial das Comunidades Europeias

N.º 215/1

DIRECTIVA DO CONSELHO

de 22 de Julho de 1980

que adapta e completa, no que diz respeito a certas entidades adjudicantes, a Directiva 77/62/CEE que coordena os processos de celebração dos contratos de fornecimento de direito público

(80/767/CEE)

O CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia e, nomeadamente, o seu artigo 100.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão ⁽¹⁾,

Tendo em conta o parecer do Parlamento Europeu ⁽²⁾,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social ⁽³⁾,

Considerando que, pela sua Decisão 80/271/CEE relativa à conclusão dos acordos multilaterais das negociações comerciais de 1973/1979 ⁽⁴⁾, o Conselho aprovou, em nome da Comunidade Económica Europeia, o Acordo relativo aos contratos públicos, em seguida designado por «acordo», cuja finalidade é de estabelecer uma delimitação em matéria de direitos e obrigações equilibradas relativas à celebração de contratos de direito público a fim de realizar uma liberalização e uma expansão do comércio mundial;

Considerando que as disposições do acordo se aplicarão igualmente nas relações entre os Estados-membros;

Considerando que, em matéria de contratos de fornecimento de Direito Público, a Directiva 77/62/CEE ⁽⁵⁾ possibilitou uma coordenação dos processos nacionais aplicáveis, a fim de criar iguais condições de participação nesses contratos de adjudicação em todos os Estados-membros;

Considerando que, relativamente aos direitos e obrigações internacionais resultantes para a Comunidade da aceitação do acordo, o regime aplicável aos proponentes e nos produtos dos países terceiros signatários é o definido por esse acordo;

Considerando que certas disposições do acordo criam condições mais favoráveis para as empresas proponentes de que as que previstas pela Directiva 77/62/CEE;

Considerando que, no que se refere à adjudicação de contratos pelas entidades adjudicantes, nos termos definidos pelo acordo, as possibilidades de acesso a contratos públicos no interior da Comunidade abertas às empresas e produtos dos Estados-membros resultantes do Tratado devem ser pelo menos tão favoráveis como as condições de acesso aos contratos públicos no interior da Comunidade previstos pelo regime do acordo para as empresas e produtos de países terceiros signatários do acordo;

Considerando que é, portanto, necessário adoptar e completar a Directiva 77/62/CEE no que respeita a certas entidades adjudicantes;

Considerando que a presente directiva deve ser reexaminada à luz da aplicação que os Estados-membros farão desta directiva e do acordo e dos resultados de novas negociações previstas no n.º 6 do artigo IX do acordo,

ADOPTOU A PRESENTE DIRECTIVA:

Artigo 1.º

1. Para efeitos da presente directiva são considerados como «entidades adjudicantes» as entidades referidas no Anexo I e, na medida em que tenham sido introduzidas rectificações, alterações ou emendas, as entidades que lhes tiverem sucedido.

⁽¹⁾ JO n.º C 287 de 17. 11. 1979, p. 9.

⁽²⁾ JO n.º C 117 de 12. 5. 1980, p. 87.

⁽³⁾ JO n.º C 182 de 21. 7. 1980, p. 8.

⁽⁴⁾ JO n.º L 71 de 17. 3. 1980, p. 1.

⁽⁵⁾ JO n.º L 13 de 15. 1. 1977, p. 1.

2. A Comissão, em função das rectificações, modificações ou emendas introduzidas, procederá à actualização do Anexo I e assegurará a sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

Artigo 2.º

1. Na celebração dos seus contratos de fornecimento de direito público, as entidades adjudicantes referidas no artigo 1.º estão sujeitas às disposições da Directiva 77/62/CEE, sob reserva do disposto na presente directiva.

2. Os contratos públicos referidos no n.º 1 e cujo montante estimado líquido do IVA esteja compreendido entre 200 000 unidades de conta europeia e o montante fixado no artigo 3.º estão limitados principalmente:

- aos contratos de compra,
- aos produtos mencionados na lista que figura no Anexo II quando os contratos forem adjudicados pelas autoridades públicas no domínio da defesa.

Acresce que, tais contratos públicos não estarão sujeitos ao disposto nos n.ºs 2 a 7 do artigo 9.º da Directiva 77/62/CEE se a via de publicação utilizada em aplicação do n.º 3 do artigo 5.º do acordo não for o *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

Artigo 3.º

O montante de 200 000 unidades de conta europeias fixado na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º da Directiva 77/62/CEE será substituído, no que se refere às entidades adjudicantes referidas na presente directiva, pelo montante de 140 000 unidades de conta europeias.

A Comissão, após parecer do Comité Consultivo para os Contratos Públicos, determinará as adaptações a fazer ao referido montante em função das modalidades adoptadas para a fixação em unidades de conta europeias do montante citado na alínea b) do n.º 1 do artigo I de Acordo.

Os novos montantes serão publicados no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

Artigo 4.º

A alínea f) do n.º 1 do artigo 6.º da Directiva 77/62/CEE não se aplica.

Artigo 5.º

As entidades adjudicantes elaboram uma acta escrita de cada contrato adjudicado com base nas alíneas a) a e) do n.º 1 do artigo 6.º da Directiva 77/62/CEE. Devem assegurar-se de que cada acta mencione o nome da entidade adjudicante, o valor e a natureza das mercadorias compradas, bem como o país de origem, e que indique quais as circunstâncias referidas nas alíneas a) a e) do n.º 1 que estavam em vigor à data da adjudicação do contrato. Essa acta ficará na posse da entidade adjudicante em causa. Se for necessário, as informações acima referidas serão comunicadas às autoridades responsáveis pela entidade adjudicante a fim de que possam ser utilizadas, se necessário, pela Comissão e, por meio desta, pelo Comité Consultivo para os contratos Públicos.

Artigo 6.º

1. Nos concursos públicos, o prazo para recepção das propostas fixado pelas entidades adjudicantes não pode ser inferior a quarenta e dois dias contados a partir da data do envio do anúncio aos organismos competentes para a publicação do mesmo.

2. Nos concursos limitados, o prazo para recepção dos pedidos de participação no concurso, fixado pelas entidades adjudicantes, não pode ser inferior a quarenta e dois dias contados a partir da data de envio do anúncio aos organismos competentes para a publicação do mesmo.

3. Os organismos competentes para publicação devem publicar os anúncios referidos nos n.ºs 1 e 2 o mais tardar no prazo de doze dias a partir da data de envio dos mesmos anúncios.

4. Nos concursos limitados, o prazo para recepção das propostas fixado pelas entidades adjudicantes não pode ser inferior a trinta dias contados a partir da data do envio do convite escrito.

Artigo 7.º

Na adjudicação de contratos de direito público pelas entidades adjudicantes referidas no n.º 1 do artigo 1.º, os Estados-membros aplicarão, nas suas relações, condições tão favoráveis como as que são reservadas para países terceiros em aplicação do acordo, especialmente as referidas nos artigos V e VI e relativas ao processo de selecção, à informação e ao estudo. Para este fim, os Estados-membros devem consultar-se sobre as medidas a tomar em aplicação do acordo no âmbito do Comité Consultivo para os Contratos Públicos.

Artigo 8.º

1. A Comissão deve assegurar a aplicação da presente directiva em consulta com o Comité Consultivo para os Contratos Públicos e deve apresentar, se for caso disso, novas propostas ao Conselho destinadas, em especial, a harmonizar as medidas tomadas pelos Estados-membros para aplicação da presente directiva. Estas propostas devem ser apresentadas dois anos após a entrada em vigor da presente directiva.

2. A Comissão reexaminará a presente directiva, bem como quaisquer novas medidas que venham a ser adoptadas nos termos do n.º 1, tendo em consideração os resultados de novas negociações previstas no n.º 6 do artigo IX do acordo, e apresentará ao Conselho, se necessário, propostas adequadas.

Artigo 9.º

Os Estados-membros adoptarão as medidas necessárias para o cumprimento da presente directiva até 1 de Janeiro

de 1981. Os Estados-membros informarão imediatamente do facto a Comissão.

Artigo 10.º

Os Estados-membros devem comunicar à Comissão o texto das disposições essenciais de direito interno, de natureza legislativa, regulamentar e administrativa, que adoptem no domínio coberto por esta directiva.

Artigo 11.º

Os Estados-membros são os destinatários da presente directiva.

Feito em Bruxelas em 22 de Julho de 1980.

Pelo Conselho

O Presidente

G. THORN

ANEXO I

BÉLGICA

I. DEPARTAMENTOS MINISTERIAIS

1. Services du premier ministre	Diensten van de Eerste Minister
2. Ministère des affaires économiques	Ministerie van Economische Zaken
3. Ministère des affaires étrangères, du commerce extérieur et de la coopération au développement	Ministerie van Buitenlandse Zaken, van Buitenlandse Handel en van Ontwikkelingssamenwerking
4. Ministère de l'agriculture	Ministerie van Landbouw
5. Ministère des classes moyennes	Ministerie van de Middenstand
6. Ministère des communications	Ministerie van Verkeerswezen
7. Ministère de la défense nationale	Ministerie van Landsverdediging
8. Ministère de l'éducation nationale et de la culture	Ministerie van Nationale Opvoeding en Cultuur
9. Ministère de l'emploi et du travail	Ministerie van Tewerkstelling en Arbeid
10. Ministère des finances	Ministerie van Financiën
11. Ministère de l'intérieur	Ministerie van Binnenlandse Zaken
12. Ministère de la justice	Ministerie van Justitie
13. Ministère de la prévoyance sociale	Ministerie van Sociale Voorzorg
14. Ministère de la santé publique et de l'environnement	Ministerie van Volksgezondheid en Leefmilieu
15. Ministère des travaux publics — Fonds des routes — Fonds des bâtiments	Ministerie van Openbare Werken — Wegenfonds — Gebouwenfonds
16. Régie des postes (1)	Regie der Posterijen (1)

II. LISTA DOS MINISTÉRIOS E SECRETARIAS DE ESTADO CUJOS CONTRATOS PÚBLICOS SEJAM CELEBRADOS POR INTERMÉDIO DAS ENTIDADES ENUMERADAS NO PONTO 1

Premier ministre	Eerste Minister
Vice-premier ministre et ministre de la fonction publique	Vice-Eerste Minister en Minister van Openbaar Ambt
Vice-premier ministre et ministre de la défense nationale	Vice-Eerste Minister en Minister van Landsverdediging
Ministre de la justice	Minister van Justitie
Ministre des affaires étrangères	Minister van Buitenlandse Zaken
Ministre des affaires économiques	Minister van Economische Zaken
Ministre de la prévoyance sociale et secrétaire d'État aux affaires sociales, adjoint au ministre des affaires wallonnes	Minister van Sociale Voorzorg en Staatssecretaris voor Sociale Zaken, toegevoegd aan de Minister voor Waalse Aangelegenheden
Ministre des communications	Minister van Verkeerswezen
Ministre de l'éducation nationale (néerlandaise)	Minister van Nationale Opvoeding (Nederlands)
Ministre de l'agriculture et des classes moyennes	Minister van Landbouw en Middenstand
Ministre de la culture néerlandaise et ministre des affaires flamandes	Minister van de Nederlandse Cultuur en Minister voor Vlaamse Aangelegenheden

(1) Apenas Correios.

Ministre de l'éducation nationale (française)	Minister van Nationale Opvoeding (Frans)
Ministre de la santé publique et de l'environnement	Minister van Volksgezondheid en Leefmilieu
Ministre des finances	Minister van Financiën
Ministre du commerce extérieur	Minister van Buitenlandse Handel
Ministre de la coopération au développement	Minister van Ontwikkelingssamenwerking
Ministre des postes, télégraphes et téléphones et ministre des affaires bruxelloises ⁽¹⁾	Minister van Posterijen, Telegrafie en Telefonie en Minister voor Brusselse Aangelegenheden ⁽¹⁾
Ministre des pensions	Minister van Pensioenen
Ministre de l'emploi et du travail	Minister van Tewerkstelling en Arbeid
Ministre de l'intérieur	Minister van Binnenlandse Zaken
Ministre de la politique scientifique	Minister van Wetenschapsbeleid
Ministre de la culture française	Minister van Franse Cultuur
Ministre des travaux publics et ministre des affaires wallonnes	Minister van Openbare Werken en Minister voor Waalse Aangelegenheden
Secrétaire d'État à l'économie régionale, adjoint au ministre des affaires wallonnes	Staatssecretaris voor de regionale economie, toegevoegd aan de Minister voor Waalse Aangelegenheden
Secrétaire d'État au budget, adjoint au premier ministre, et secrétaire d'État à l'économie régionale, adjoint au ministre des affaires flamandes	Staatssecretaris voor de begroting, toegevoegd aan de Eerste Minister en Staatssecretaris voor de Regionale Economie, toegevoegd aan de Minister voor Vlaamse Aangelegenheden
Secrétaire d'État à la réforme des institutions, adjoint au premier ministre	Staatssecretaris voor Institutionele Hervormingen, toegevoegd aan de Eerste Minister
Secrétaire d'État à la culture française, adjoint au ministre de la culture française	Staatssecretaris voor Franse Cultuur, toegevoegd aan de Minister voor Franse Cultuur
Secrétaire d'État aux affaires économiques, adjoint au ministre des affaires économiques, et	Staatssecretaris voor Economische Zaken, toegevoegd aan de Minister voor Economische Zaken en
secrétaire d'État aux affaires sociales, adjoint au ministre des affaires flamandes	Staatssecretaris voor Sociale Zaken, toegevoegd aan de Minister voor Vlaamse Aangelegenheden
Secrétaire d'État à la réforme des institutions, adjoint au vice-premier ministre	Staatssecretaris voor Institutionele Hervormingen, toegevoegd aan de Vice-Eerste Minister
Secrétaire d'État à la culture néerlandaise, adjoint au ministre de la culture néerlandaise, et	Staatssecretaris voor Nederlandse Cultuur, toegevoegd aan de Minister voor Nederlandse Cultuur en
secrétaire d'État aux affaires sociales, adjoint au ministre des affaires bruxelloises	Staatssecretaris voor Sociale Zaken, toegevoegd aan de Minister voor Brusselse Aangelegenheden

III. INSTITUIÇÕES SUJEITAS À COMPETÊNCIA DO GOVERNO

1. Régie des services frigorifiques de l'État belge	Regie der Belgische Rijkskoel- en Vriesdiensten
2. Fonds général des bâtiments scolaires de l'État	Gebouwenfonds voor de Rijkscholen
3. Fonds de construction d'institutions hospitalières et médico-sociales	Fonds voor de bouw van ziekenhuizen en medisch-sociale inrichtingen
4. Institut national du logement	Nationaal Instituut voor de huisvesting
5. Société nationale terrienne	Nationale landmaatschappij
6. Office national de sécurité sociale	Rijksdienst voor sociale zekerheid
7. Institut national d'assurances sociales pour travailleurs indépendants	Rijksinstituut voor de sociale verzekeringen der zelfstandigen
8. Institut national d'assurance maladie-invalidité	Rijksinstituut voor ziekte- en invaliditeitsverzekering

⁽¹⁾ Apenas Correios

9. Caisse nationale des pensions de retraite et de survie	Rijkskas voor de rust- en overlevingspensioenen
10. Office national des pensions pour travailleurs salariés	Rijksdienst voor werknemerspensioenen
11. Caisse auxiliaire d'assurance maladie-invalidité	Hulpkas voor ziekte- en invaliditeitsverzekering
12. Fonds des maladies professionnelles	Fonds voor de beroepsziekten
13. Caisse nationale de crédit professionnel	Nationale Kas voor beroepskrediet
14. Caisse générale d'épargne et de retraite	Algemene Spaar- en lijfrentekas
15. Office national des débouchés agricoles et horticoles	Nationale Dienst voor afzet van land- en tuinbouwprodukten
16. Office national du lait et de ses dérivés	Nationale Zuiveldienst
17. Office national de l'emploi	Rijksdienst voor arbeidsvoorziening

DINAMARCA

ENTIDADES COMPRADORAS DO GOVERNO DINAMARQUÊS

1. Statsministeriet	
2. Arbejdsministeriet	— fire direktorater og institutioner
3. Udenrigsministeriet	— to departementer
4. Boligministeriet	— ét direktorat
5. Finansministeriet (tre departementer)	— Direktoratet for statens indkøb — tre andre institutioner
6. Ministeriet for skatter og afgifter (to departementer)	— fem direktorater og institutioner
7. Fiskeriministeriet	— fire institutioner
8. Handels- og industriministeriet	— Forsøgsstationen Risø — 20 direktorater og institutioner
9. Indenrigsministeriet	— Statens Seruminstitut — Civilforsvarsstyrelsen — tre andre direktorater og institutioner
10. Justitsministeriet	— Rigspolitichefen — tre andre direktorater og institutioner
11. Kirkeministeriet	
12. Landbrugsministeriet	— 19 direktorater og institutioner
13. Ministeriet for forureningsbekæmpelse	— fem direktorater
14. Ministeriet for Grønland	— Den kgl. grønlandske Handel ⁽¹⁾ — Grønlands tekniske Organisation — to andre institutioner
15. Ministeriet for kulturelle anliggender	— to direktorater og adskillige statsejede museer og højere uddannelsesinstitutioner
16. Socialministeriet	— fem direktorater
17. Undervisningsministeriet	— Rigshospitalet — seks direktorater — 11 universiteter og andre højere læreanstalter
18. Økonomiministeriet (3 departementer)	
19. Ministeriet for offentlige arbejder ⁽²⁾	— Statshavne og statslufthavne — fire direktorater og adskillige institutioner
20. Forsvarsministeriet	

⁽¹⁾ Não são incluídos os produtos destinados a revenda ou utilizados na produção de mercadorias destinadas à venda.

⁽²⁾ Com excepção dos caminhos-de-ferro dinamarqueses. Em relação aos PIT, apenas correios.

FRANÇA

LISTA DAS ENTIDADES

(1) Principais entidades compradores

A. *Orçamento geral*

Premier ministre

Ministre délégué auprès du premier ministre, chargé de la condition féminine

Ministre de la justice

Ministre de la santé et de la famille

Ministre de l'intérieur

Ministre des affaires étrangères

Ministre de la défense

Ministre du travail et de la participation

Ministre de la coopération

Ministre de l'économie

Ministre du budget

Ministre de l'environnement et du cadre de vie

Ministre de l'éducation

Ministre des universités

Ministre de l'agriculture

Ministre de l'industrie

Ministre des transports

Ministre du commerce et de l'artisanat

Ministre du commerce extérieur

Ministre de la jeunesse, des sports et des loisirs

Ministre de la culture et de la communication

Secrétaire d'État aux postes et télécommunications ⁽¹⁾

Secrétaire d'État aux anciens combattants

Secrétaire d'État auprès du premier ministre

Secrétaire d'État auprès du premier ministre (relations avec le Parlement)

Secrétaire d'État auprès du premier ministre (recherche)

Secrétaire d'État auprès du garde des Sceaux, ministre de la justice

Secrétaire d'État auprès du ministre de la santé et de la famille

Secrétaire d'État auprès du ministre de l'intérieur (départements et territoires d'outre-mer)

Secrétaire d'État auprès du ministre de l'intérieur (collectivités locales)

Secrétaire d'État auprès du ministre des affaires étrangères

Secrétaire d'État auprès du ministre du travail et de la participation (formation professionnelle)

Secrétaire d'État auprès du ministre du travail et de la participation (travailleurs manuels et immigrés)

⁽¹⁾ Apenas Correios.

Secrétaire d'État auprès du ministre du travail et de la participation (emploi féminin)
Secrétaire d'État auprès du ministre de l'environnement et du cadre de vie (logement)
Secrétaire d'État auprès du ministre de l'environnement et du cadre de vie (environnement)
Secrétaire d'État auprès du ministre de l'éducation
Secrétaire d'État auprès du ministre de l'agriculture
Secrétaire d'État auprès du ministre de l'industrie (petite et moyenne industrie)

B. Orçamento anexo

In particular:

— Imprimerie nationale

C. Contas especiais do Tesouro

In particular:

— Fonds forestier national

— Soutien financier de l'industrie cinématographique

— Fonds spécial d'investissement routier

— Fonds national d'aménagement foncier et d'urbanisme

— Union des groupements d'achats publics (UGAP)

(2) Estabelecimentos públicos de carácter administrativo

Académie de France à Rome

Académie de marine

Académie des sciences d'outre-mer

Agence centrale des organismes de sécurité sociale (ACOSS)

Agences financières de bassins

Agence nationale pour l'amélioration des conditions de travail (ANACT)

Agence nationale pour l'amélioration de l'habitat (ANAH)

Agence nationale pour l'emploi (ANPE)

Agence nationale pour l'indemnisation des Français d'outre-mer (ANIFOM)

Assemblée permanente des chambres d'agriculture (APCA)

Bibliothèque nationale

Bibliothèque nationale et universitaire de Strasbourg

Bureau d'études des postes et télécommunications d'outre-mer (BEPTOM)

Caisse d'aide à l'équipement des collectivités locales (CAEC)

Caisse autonome de la reconstruction

Caisse des dépôts et consignations

Caisse nationale des allocations familiales (CNAF)

Caisse nationale des autoroutes (CNA)

Caisse nationale d'assurance-maladie des travailleurs salariés (CNAM)

Caisse nationale d'assurance-vieillesse des travailleurs salariés (CNAVTS)

Caisse nationale militaire de sécurité sociale (CNMSS)

Caisse nationale des monuments historiques et des sites

Caisse nationale des télécommunications ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Apenas Correios.

Caisse de prêts aux organismes HLM
Casa de Velasquez
Centre d'enseignement zootechnique de Rambouillet
Centre d'études du milieu et de pédagogie appliquée du ministère de l'agriculture
Centre d'études supérieures de sécurité sociale
Centres de formation professionnelle agricole
Centre national d'art et de culture Georges Pompidou
Centre national de la cinématographie française
Centre national d'études et de formation pour l'enfance inadaptée
Centre national d'études et d'expérimentation du machinisme agricole
Centre national d'études et de formation pour l'adaptation scolaire et l'éducation spécialisée (CNEFASES)
Centre national de formation et de perfectionnement des professeurs d'enseignement ménager et ménager agricole
Centre national des lettres
Centre national de documentation pédagogique
Centre national des œuvres universitaires et scolaires (CNOUS)
Centre national d'ophtalmologie des Quinze-Vingts
Centre national de préparation au professorat de travaux manuels éducatifs et d'enseignement ménager
Centre national de la promotion rurale de Marmilhat
Centre national de la recherche scientifique (CNRS)
Centres pédagogiques régionaux
Centres régionaux d'éducation populaire
Centres régionaux d'éducation physique et sportive (CREPS)
Centres régionaux des œuvres universitaires (CROUS)
Centres régionaux de la propriété forestière
Centre de sécurité sociale des travailleurs migrants
Centres universitaires
Chancelleries des universités
Collèges
Collèges agricoles
Commission des opérations de Bourse
Conseil supérieur de la pêche
Conservatoire de l'espace littoral et des rivages lacustres
Conservatoire national des arts et métiers
Conservatoire national supérieur de musique
Conservatoire national supérieur d'art dramatique
Domaine de Pompadour
École centrale — Lyon
École centrale des arts et manufactures
École française d'archéologie d'Athènes
École française d'Extrême-Orient

École française de Rome
École des hautes études en sciences sociales
École nationale d'administration
École nationale de l'aviation civile (ENAC)
École nationale des Chartes
École nationale d'équitation
École nationale féminine d'agronomie de Marmilhat (Puy-de-Dôme)
École nationale féminine d'agronomie de Toulouse (Hte-Garonne)
École nationale du génie rural et des eaux et forêts (ENGREF)
Écoles nationales de l'industrie laitière
Écoles nationales d'ingénieurs
École nationale d'ingénieurs des industries des techniques agricoles et alimentaires
Écoles nationales d'ingénieurs des travaux agricoles
École nationale des ingénieurs des travaux ruraux et techniques sanitaires
École nationale des ingénieurs des travaux des eaux et forêts (ENITEF)
École nationale de la magistrature
Écoles nationales de la marine marchande
École nationale de la santé publique (ENSP)
École nationale de ski et d'alpinisme
École nationale supérieure agronomique — Montpellier
École nationale supérieure agronomique — Rennes
École nationale supérieure des arts décoratifs
École nationale supérieure des arts et industries — Strasbourg
École nationale supérieure des arts et industries textiles — Roubaix
École nationale supérieure d'arts et métiers
École nationale supérieure des beaux-arts
École nationale supérieure des bibliothécaires
École nationale supérieure de céramique industrielle — Sèvres
École nationale supérieure de l'électronique et de ses applications (ENSEA)
École nationale supérieure d'horticulture
École nationale supérieure des industries agricoles alimentaires
École nationale supérieure du paysage
École nationale supérieure des sciences agronomiques appliquées (ENSSAA)
Écoles nationales vétérinaires
Écoles nationales de perfectionnement
Écoles nationales de premier degré
École nationale de voirie
Écoles normales d'instituteurs et d'institutrices
Écoles normales nationales d'apprentissage
Écoles normales supérieures
École polytechnique
École de sylviculture — Croigny (Aube)

École technique professionnelle agricole et forestière de Meymac (Corrèze)
École de viticulture et d'œnologie de la Tour Blanche (Gironde)
École de viticulture — Avize (Marne)
Établissement national de convalescentes du Vésinet (ENCV)
Établissement national de convalescents de Saint-Maurice
Établissement national des invalides de la marine (ENIM)
Établissement national de Koenigs Warter
Fondation Carnegie
Fondation Singer-Polignac
Fonds d'action sociale pour les travailleurs migrants
Hôpital-hospice national Dufresne-Sommeiller
Institut d'élevage et de médecine vétérinaires des pays tropicaux (IEMVPT)
Institut français d'archéologie orientale du Caire
Institut géographique national
Institut industriel du Nord
Institut international d'administration publique (IIAP)
Institut national agronomique de Paris-Grignon
Institut national des appellations d'origine des vins et eaux-de-vie (INAOVEV)
Institut national d'astronomie et de géophysique (INAG)
Institut national de la consommation (INC)
Institut national d'éducation populaire (INEP)
Institut national d'études démographiques (INED)
Institut national des jeunes aveugles — Paris
Institut national des jeunes sourdes — Bordeaux
Institut national des jeunes sourds — Chambéry
Institut national des jeunes sourds — Metz
Institut national des jeunes sourds — Paris
Institut national de physique nucléaire et de physique des particules (I.N2.P3)
Institut national de promotion supérieure agricole
Institut national de la propriété industrielle
Institut national de la recherche agronomique (INRA)
Institut national de recherche pédagogique (INRP)
Institut national de la santé et de la recherche médicale (INSERM)
Institut national des sports
Instituts nationaux polytechniques
Instituts nationaux des sciences appliquées
Institut national supérieur de chimie industrielle de Rouen
Institut de recherches d'informatique et d'automatique (IRIA)
Institut de recherche des transports (IRT)
Instituts régionaux d'administration
Institut scientifique et technique des pêches maritimes (ISTPM)
Institut supérieur des matériaux et de la construction mécanique de Saint-Ouen

Lycées agricoles
Lycées classiques et modernes
Lycées d'enseignement professionnel
Lycées techniques
Musée de l'armée
Musée Gustave Moreau
Musée de la marine
Musée national J. J. Henner
Musée national de la légion d'honneur
Musée postal
Muséum national d'histoire naturelle
Musée Auguste Rodin
Observatoire de Paris
Office de coopération et d'accueil universitaire
Office français de protection des réfugiés et rapatriés
Office national des anciens combattants
Office national de la chasse
Office national d'information sur les enseignements et les professions (ONISEP)
Office national d'immigration (ONI)
Office de la recherche scientifique et technique d'outre-mer (ORSTOM)
Office universitaire et culturel français pour l'Algérie
Palais de la découverte
Parcs nationaux
Réunion des musées nationaux
Service national des examens du permis de conduire
Syndicat des transports parisiens
Thermes nationaux — Aix-les-Bains
Universités

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA**LISTA DAS ENTIDADES COMPRADORAS CENTRAIS**

1. Auswärtiges Amt
2. Bundesministerium für Arbeit und Sozialordnung
3. Bundesministerium für Bildung und Wissenschaft
4. Bundesministerium für Ernährung, Landwirtschaft und Forsten
5. Bundesministerium der Finanzen
6. Bundesministerium für Forschung und Technologie
7. Bundesministerium für Innerdeutsche Beziehungen
8. Bundesministerium des Inneren (nur Zivilgüter)
9. Bundesministerium für Jugend, Familie und Gesundheit
10. Bundesministerium der Justiz
11. Bundesministerium für Raumordnung, Bauwesen und Städtebau
12. Bundesministerium für das Post- und Fernmeldewesen ⁽¹⁾
13. Bundesministerium für Wirtschaft
14. Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit
15. Bundesministerium der Verteidigung

Nota

Em aplicação de obrigações nacionais, as entidades incluídas nesta lista atribuirão, de acordo com procedimentos especiais, contratos a determinadas regiões tenham ficado economicamente desfavorecidas nem razão da divisão da Alemanha.

Dar-se-á o mesmo com os contratos adjudicados com o intuito de eliminar as dificuldades que encontraram certos grupos na sequência da última guerra.

⁽¹⁾ Apenas Correios.

IRLANDA**1. PRINCIPAIS ENTIDADES COMPRADORAS**

- (a) Office of Public Works
- (b) Stationery Office

2. OUTROS DEPARTAMENTOS

President's Establishment
Office of the Houses of the Oireachtas (Parliament)
Department of the Taoiseach (Prime Minister)
Central Statistics Office
Department of Finance
Office of the Comptroller and Auditor-General
Office of the Revenue Commissioners
State Laboratory
Office of the Attorney-General
Office of the Director of Public Prosecutions
Valuation Office
Ordnance Survey
Department of the Public Service
Civil Service Commission
Department of Economic Planning and Development
Department of Justice
Land Registry
Charitable Donations and Bequests Office
Department of the Environment
Department of Education
National Gallery of Ireland
Department of the Gaeltacht (Irish-speaking areas)
Department of Agriculture
Department of Fisheries and Forestry
Department of Labour
Department of Industry, Commerce and Energy
Department of Tourism and Transport
Department of Foreign Affairs
Department of Social Welfare
Department of Health
Department of Defence
Department of Posts and Telegraphs ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Apenas Correios.

ITÁLIA

ENTIDADES COMPRADORAS

1. Ministero del tesoro ⁽¹⁾
2. Ministero delle finanze ⁽²⁾
3. Ministero di grazia e giustizia
4. Ministero degli affari esteri
5. Ministero della pubblica istruzione
6. Ministero dell'interno
7. Ministero dei lavori pubblici
8. Ministero dell'agricoltura e delle foreste
9. Ministero dell'industria, del commercio e dell'artigianato
10. Ministero del lavoro e della previdenza sociale
11. Ministero della sanità
12. Ministero per i beni culturali e ambientali
13. Ministero della difesa
14. Ministero del bilancio e della programmazione economica
15. Ministero delle partecipazioni statali
16. Ministero del turismo e dello spettacolo
17. Ministero del commercio con l'estero
18. Ministero delle poste e delle telecomunicazioni ⁽³⁾

⁽¹⁾ Servindo de entidade compradora central para a maior parte dos outros ministérios ou entidades.

⁽²⁾ Não incluídos os contratos públicos celebrados pelos monopólios dos tabacos e do sal.

⁽³⁾ Apenas Correios.

LUXEMBURGO**LISTA DAS ENTIDADES COMPRADORAS CENTRAIS SUSCEPTÍVEIS DE SER ABRAN-
GIDAS PELO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA DIRECTIVA**

1. Ministère d'État : service central des imprimés et des fournitures de l'État
2. Ministère de l'agriculture : administration des services techniques de l'agriculture
3. Ministère de l'éducation nationale : écoles d'enseignement secondaire, d'enseignement moyen, d'enseignement professionnel
4. Ministère de la famille et de la solidarité sociale : maisons de retraite
5. Ministère de la force publique : armée — gendarmerie — police
6. Ministère de la justice : établissements pénitentiaires
7. Ministère de la santé publique : Mondorf-État, hôpital neuropsychiatrique
8. Ministère des travaux publics : bâtiments publics — ponts et chaussées
9. Ministère des finances : postes et télécommunications ⁽¹⁾
10. Ministère des transports et de l'énergie : centrales électriques de la haute et basse Sûre
11. Ministère de l'environnement : commissariat général à la protection des eaux

⁽¹⁾ Apenas Correios.

PAÍSES BAIXOS**LISTA DAS ENTIDADES****A. Ministérios e organismos do governo central**

1. Ministerie van Algemene Zaken
2. Ministerie van Buitenlandse Zaken
3. Ministerie van Justitie
4. Ministerie van Binnenlandse Zaken
5. Ministerie van Defensie
6. Ministerie van Financiën
7. Ministerie van Economische Zaken
8. Ministerie van Onderwijs en Wetenschap
9. Ministerie van Volkshuisvesting en Ruimtelijke Ordening
10. Ministerie van Verkeer en Waterstaat ⁽¹⁾, met inbegrip van post, telefoon en telegrafie
11. Ministerie van Landbouw en Visserij
12. Ministerie van Sociale Zaken
13. Ministerie van Cultuur, Recreatie en Maatschappelijk Werk
14. Ministerie van Volksgezondheid en Milieuhygiëne
15. Ministerie van Ontwikkelingssamenwerking
16. Ministerie van Wetenschapsbeleid
17. Kabinet van Nederlandse-Antilliaanse Zaken
18. Hoge Colleges van Staat

B. Entidades compradoras centrais

As entidades enumeradas no ponto A encarregam-se geralmente elas próprias das suas compras; as outras compras de carácter geral são efectuadas por intermédio das entidades a seguir enumeradas:

1. Rijksinkoopbureau
2. Directoraat-generaal voor de Waterstaat
3. Dienst van de Kwartiermeester-generaal
4. Directie Materieel Koninklijke Luchtmacht
5. Hoofd afdeling Materieel Koninklijke Marine
6. Staatsdrukkerij- en Uitgeverijbedrijf
7. Staatsbedrijf der Posterijen, Telegrafie en Telefonie, Centrale Afdeling Inkoop en Materieel-controle ⁽¹⁾
8. Rijksautomobielcentrale
9. Rijkskantoorchinecentrale
10. Staatsbosbeheer
11. Rijksdienst IJsselmeerpolders

⁽¹⁾ Apenas Correios.

UNITED KINGDOM

LISTA DAS ENTIDADES

Board of Inland Revenue

British Museum

British Museum (Natural History)

Cabinet Office

Central Office of Information

Charity Commission

Civil Service Department

- Ancient Monuments (Scotland) Commission
- Ancient Monuments (Wales) Commission
- Boundary Commission for England and Wales
- Boundary Commission for Northern Ireland
- Central Computer Agency
- Chessington Computer Centre
- Civil Service Catering Organization
- Civil Service College
- Civil Service Commission
- Civil Service Pay Research Unit
- Historical Manuscripts Commission
- Historical Monuments (England) Commission
- Medical Advisory Service
- Museums and Galleries Standing Commission
- Office of the Parliamentary Counsel
- Review Board for Government Contracts
- Royal Commission on Criminal Procedure
- Royal Commission on Environmental Pollution
- Royal Commission on Gambling
- Royal Commission on Legal Services (England, Wales and Northern Ireland)
- Royal Commission on Legal Services (Scotland)
- Royal Fine Art Commission (England)
- Royal Fine Art Commission (Scotland)

Crown Estate Office (Vote-borne, services only)

Crown Office, Scotland

Customs and Excise Department

Department for National Savings

Department of Agriculture and Fisheries for Scotland

- Artificial Insemination Service
- Crofters Commission
- Red Deer Commission
- Royal Botanic Garden, Edinburgh etc.

Department of Education and Science

- University Grants Committee

Department of Employment

Duchess of Gloucester House

Employment Appeal Tribunal

Industrial Tribunals

Office of Manpower Economics

Royal Commission on the Distribution of Income and Wealth

Department of Energy

Department of Health and Social Security

Attendance Allowance Board

Central Council for Education and Training in Social Work

Council for the Education and Training of Health Visitors

Dental Estimates Board

Joint Board of Clinical Nursing Studies

Medical and Dental Referee Service

Medical Boards and Examining Medical Officers (War Pensions)

National Health Service

National Health Service Authorities

National Insurance Commissioners

Occupational Pensions Board

Prescription Pricing Authority

Public Health Laboratory Service Board

Supplementary Benefits Appeal Tribunals

Supplementary Benefits Commission

Department of Industry

Computer-Aided Design Centre

Laboratory of the Government Chemist

National Engineering Laboratory

National Maritime Institute

National Physical Laboratory

Warren Spring Laboratory

Department of Prices and Consumer Protection

Domestic Coal Consumers' Council

Electricity Consultative Councils for England and Wales

Gas Consumers' Councils

Metrication Board

Monopolies and Mergers Commission

Department of the Environment

British Urban Development Services Unit

Building Research Establishment

Commons Commissioners — (except payment of rates)

Countryside Commission

Directorate of Estate Management Overseas

Fire Research Station/Boreham Wood

Hydraulics Research Station

Local Valuation Panels

Location of Offices Bureau

Property Services Agency

Rent Control Tribunals and Rent Assessment Panels and Committees

Department of the Government Actuary
Department of the Registers of Scotland
Department of Trade
 Coastguard Services
 British Export Marketing Centre, Tokyo
 Market Entry Guarantee Scheme
 Patent Office
Department of Transport
 Road Construction Units and Sub-Units
 Transport and Road Research Laboratory
 Transport Tribunal — (except payment of rates)
 Transport Users Consultative Committees — (except payment of rates)
Director of Public Prosecutions
Exchequer and Audit Department
Exchequer Office Scotland
Export Credits Guarantee Department
Foreign and Commonwealth Office
 Government Communications Headquarters
 Middle East Centre for Arab Studies
 Wiston House Conference and European Discussion Centre
Home Office
 Gaming Board for Great Britain
 Immigration Appeals Tribunal
 Inspectors of Constabulary
 Parole Board and Local Review Committees
House of Commons
House of Lords
Imperial War Museum
Intervention Board for Agricultural Produce
Legal Aid Funds
Lord Chancellor's Department
 Council on Tribunals
 County Courts
 Courts Martial Appeal Court
 Crown Courts
 Judge Advocate-General and Judge Advocate of the Fleet
 Lands Tribunal
 Law Commission
 Pensions Appeal Tribunals
 Supreme Court
Ministry of Agriculture, Fisheries and Food
 Advisory Services
 Agricultural Development and Advisory Service
 Agricultural Dwelling House Advisory Committees
 Agricultural Land Tribunals
 Agricultural Wages Board and Committees

Artificial Insemination Research Centres
Central Council for Agricultural and Horticultural Cooperation
Plant Pathology Laboratory
Plant Variety Rights Office
Royal Botanic Gardens, Kew

Ministry of Defence
Procurement Executive

Meteorological Office

Ministry of Overseas Development
Centre of Overseas Pest Research
Directorate of Overseas Surveys
Land Resources Division
Tropical Products Institute

National Debt Office and Pensions Commutation Board

National Gallery

National Galleries of Scotland

National Library of Scotland

National Maritime Museum

National Museum of Antiquities of Scotland

National Portrait Gallery

Northern Ireland Government Departments and Public Authorities
Department of the Civil Service
Department of Agriculture
Department of Commerce
Department of Education
Department of the Environment
Department of Finance
Department of Health and Social Services
Department of Manpower Services
Northern Ireland Police Authority

Northern Ireland Office
Coroners Courts
County Courts
Crown Solicitor's Office
Department of the Director of Public Prosecutions
Enforcement of Judgements Office
Forensic Science Service
Magistrates Courts
Pensions Appeal Tribunals
Probation Service
Registration of Electors and Conduct of Elections
State Pathologist Service
Supreme Court of Judicature and Court of Criminal Appeal of Northern Ireland

Office of Fair Trading

Office of Population Censuses and Surveys
National Health Service Central Register

Office of the Parliamentary Commissioner for Administration and
Health Service Commissioners

Paymaster General's Office

Postal Business of the Post Office

Privy Council Office

Public Record Office

Public Trustee Office

Public Works Loan Commission

Queen's and Lord Treasurer's Remembrancer

Crown Office

Department of Procurators Fiscal

Lord Advocate's Department

Lands Tribunal

Registrar-General's Office, Scotland

National Health Service Central Register

Registry of Friendly Societies

Royal Commission, etc. (see references under Civil Service Department)

Commission on the Constitution

Royal Commission on the National Health Service

Royal Commission on Gambling

Royal Hospital, Chelsea

Royal Mint

Royal Scottish Museum

Science Museum

Scottish Courts Administration

Court of Session

Court of Justiciary

Accountant of Court's Office

Sheriff Courts

Scottish Land Court

Scottish Law Commission

Pensions Appeal Tribunals

Scottish Development Department

Local Government Reorganization Commissions etc.

Rent Assessment Panel and Committees, etc.

Scottish Economic Planning Department

Scottish Electricity Consultative Councils

Scottish Education Department

Royal Scottish Museum

Scottish Home and Health Department

Common Services Agency

Council for the Education and Training of Health Visitors

Fire Service Training School

Inspectors of Constabulary

Local Health Councils

Mental Welfare Commission for Scotland
National Health Service
National Health Service authorities
Parole Board for Scotland and Local Review Committees
Planning Council
Scottish Antibody Production Unit
Scottish Crime Squad
Scottish Criminal Record Office
Scottish Council for Post-Graduate Medical Education and Training
Scottish Police College
Scottish Land Court
Scottish Office
Scottish Record Office
Stationery Office
Tate Gallery
Treasury
 Exchequer Office, Scotland
 National Economic Development Council
 Rating of Government Property Department
Treasury Solicitor's Department
 Department of the Director of Public Prosecutions
 Law Officers' Department
 Department of the Procurator-General and Treasury Solicitor
Victoria and Albert Museum
Wallace Collection
Welsh Office
 Central Council for Education and Training in Social Work
 Commons Commissioners
 Council for the Education and Training of Health Visitors
Dental Estimates Board
Local Government Boundary Commission
Local Valuation Panels and Courts
National Health Service
National Health Service authorities
Public Health Laboratory Service Board
Rent Control Tribunals and Rent Assessment Panels and Committees

ANEXO II

Capítulo 25: Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimentos.

Capítulo 26: Minérios metalúrgicos, escórias e cinzas

Capítulo 27: Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais

com excepção de:

ex 27.10: Carburantes especiais

Capítulo 28: Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioactivos, de metais das terras raras e de isótopos

com excepção de:

ex 28.09: Explosivos

ex 28.13: Explosivos

ex 28.14: Gases lacrimogéneos

ex 28.28: Explosivos

ex 28.32: Explosivos

ex 28.39: Explosivos

ex 28.50: Produtos toxicológicos

ex 28.51: Produtos toxicológicos

ex 28.54: Explosivos

Capítulo 29: Produtos químicos orgânicos

com excepção de:

ex 29.03: Explosivos

ex 29.04: Explosivos

ex 29.07: Explosivos

ex 29.08: Explosivos

ex 29.11: Explosivos

ex 29.12: Explosivos

ex 29.13: Produtos toxicológicos

ex 29.14: Produtos toxicológicos

ex 29.15: Produtos toxicológicos

ex 29.21: Produtos toxicológicos

ex 29.22: Produtos toxicológicos

ex 29.23: Produtos toxicológicos

ex 29.26: Explosivos

ex 29.27: Produtos toxicológicos

ex 29.29: Explosivos

- Capítulo 30: Produtos farmacêuticos
- Capítulo 31: Adubos
- Capítulo 32: Extractos tanantes e tintórios; taninos e seus derivados; matérias corantes; cores, tintas e vernizes; mástiques; tintas de escrever
- Capítulo 33: Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria ou de toucador e cosméticos, preparados
- Capítulo 34: Sabões, produtos orgânicos tensoactivos, preparados para lexívias, preparados lubrificantes, ceras artificiais, ceras preparadas, produtos por conservação e limpeza, velas de iluminação e artefactos semelhantes, pastas para modelar e «ceras para a arte dentária»
- Capítulo 35: Matérias albuminóides, colas e enzimas
- Capítulo 37: Produtos para fotografia e cinematografia
- Capítulo 38: Produtos diversos das indústrias químicas
com excepção de:
ex 38.19: Produtos toxicológicos
- Capítulo 39: Matérias plásticas artificiais, éteres e éteres da celulose, resinas artificiais e obras destas matérias
com excepção de:
ex 39.03: Explosivos
- Capítulo 40: Borracha natural, sintética ou artificial e obras de borracha
com excepção de:
ex 40.11: Pneumáticos à prova de bala
- Capítulo 41: Peles e couros
- Capítulo 42: Obras de couro; artigos de correio e de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefactos semelhantes; obras de tripa
- Capítulo 43: Peles em cabelo e respectivas obras; peles em cabelo, artificiais
- Capítulo 44: Madeira, carvão vegetal e obras de madeira
- Capítulo 45: Cortiça e obras de cortiça
- Capítulo 46: Obras de esteireiro e de cesteiro
- Capítulo 47: Matérias-primas para o fabrico de papel
- Capítulo 48: Papel e cartão; obras de pasta de celulose (*ouate*), de papel e de cartão
- Capítulo 49: Artigos de livraria e produtos das artes gráficas
- Capítulo 65: Chapéus e artefactos de uso semelhante e respectivas partes
- Capítulo 66: Guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes, pingalins e respectivas partes
- Capítulo 67: Penas e penugem preparadas e respectivas obras; flores artificiais; obras de cabelo
- Capítulo 68: Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica e matérias análogas
- Capítulo 69: Produtos cerâmicos
- Capítulo 70: Vidro e suas obras
- Capítulo 71: Pérolas naturais, gemas e similares, metais preciosos, metais chapeados de metais preciosos e respectivas obras; joalharia falsa e de fantasia
- Capítulo 73: Ferro fundido, ferro macio e aço

Capítulo 74: Cobre

Capítulo 75: Níquel

Capítulo 76: Alumínio

Capítulo 77: Magnésio e berílio (glucínio)

Capítulo 78: Chumbo

Capítulo 79: Zinco

Capítulo 80: Estanho

Capítulo 81: Outros metais comuns

Capítulo 82: Ferramentas, artigos de cutelaria e talheres, de metais comuns

com excepção de:

ex 82.05: Ferramentas

ex 82.07: Peças de ferramentas

Capítulo 83: Obras diversas de metais comuns

Capítulo 84: Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos

com excepção de:

ex 84.06: Motores

ex 84.08: Outros propulsores

ex 84.45: Máquinas

ex 84.53: Máquinas automáticas de tratamento de informação

ex 84.55: Peças de 84.53

ex 84.59: Reactores nucleares

Capítulo 85: Máquinas e aparelhos eléctricos e objectos para usos electrotécnicos

com excepção de:

ex 85.13: Telecomunicações

ex 85.15: Aparelhos de transmissão

Capítulo 86: Veículos e material para vias férreas; aparelhos de sinalização não eléctricos para vias de comunicação

com excepção de:

ex 86.02: Locomotivas blindadas

ex 86.03: Outros blindados

ex 86.05: Vagões blindados

ex 86.06: Vagões-oficinas

ex 86.07: Vagões

Capítulo 87: Automóveis, tractores, velocípedes e outros veículos terrestres

com excepção de:

87.08: Carros e veículos blindados

- ex 87.01: Tractores
 - ex 87.02: Veículos militares
 - ex 87.03: Veículos de desempanagem
 - ex 87.09: Motociclos
 - ex 87.14: Reboques
 - Capítulo 89: Navegação marítima e fluival
 - om excepção de:*
 - 89.01 A: Navios de guerra
 - Capítulo 90: Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia e cinematografia, medida, verificação e precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos
 - com excepção de:*
 - ex 90.05: Binóculos
 - ex 90.13: Instrumentos diversos, laser
 - ex 90.14: Telémetros
 - ex 90.28: Instrumentos de medida eléctricos ou electrónicos
 - ex 90.11: Microscópios
 - ex 90.17: Instrumentos médicos
 - ex 90.18: Aparelhos de mecanografia
 - ex 90.19: Aparelhos de ortopedia
 - ex 90.20: Aparelhos de Raios X
 - Capítulo 91: Relojoaria
 - Capítulo 92: Instrumentos de música; aparelhos de registo ou de reprodução de som; aparelhos de registo ou de reprodução de imagens e de som, para televisão; partes e acessórios destes instrumentos e aparelhos
 - Capítulo 94: Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; artigos de colchoeiro e semelhantes
 - com excepção de:*
 - ex 94.01 A: Cadeiras ou bancos de aeronaves
 - Capítulo 95: Matérias para talhe ou modelação, preparadas ou em obra
 - Capítulo 96: Escovas, pincéis e artefactos semelhantes, vassouras, borlas, peneiras e crivos
 - Capítulo 98: Obras diversas
-